

Tancredo não pode nomear banqueiro para negociar

Heitor Tepedino

Deve um banqueiro ser o representante da população brasileira junto aos bancos internacionais para negociar maiores facilidades de pagamento do nosso débito externo de US\$100 bilhões de dólares? Tudo indica que não, principalmente levando-se em conta que todo banqueiro tem os seus compromissos de dívida externa da própria instituição financeira a que está ligado, e qualquer endurecimento de sua parte nessas negociações, sofrerá represálias da comunidade financeira internacional, por ele, individualmente, também ser um devedor junto aos bancos mundiais.

Este princípio deveria servir de ponto básico de análise do futuro presidente da República para a escolha do seu ministro da Fazenda, ministro do Planejamento e presidente do Banco Central. Devem ser indicados nomes descomprometidos com a comunidade financeira internacional, seja pelos seus negócios particulares, no caso os banqueiros que dependem de créditos dos bancos internacionais, ou mesmo pessoas que de uma forma ou de outra tenham comprometimentos ou dependências de empréstimos em moedas estrangeiras.

Certamente um ministro sem interligações com a comunidade financeira internacional tem melhores condições de solicitar uma solução mais vantajosa para os brasileiros. Tal fato fica demonstrado lembrando-se de que no período em que o México solicitou a moratória, logo em seguida os banqueiros internacionais passaram a reduzir drasticamente as operações interbancárias de bancos brasileiros que operam no exterior, deixando muitos deles em situação das mais delicadas, inclusive o Banco do Brasil, que teve de socorrer-se junto ao Federal Reserve (Banco Central americano), para conseguir sair do vermelho nas suas operações diárias.

Os demais bancos brasileiros, a partir daí, passaram a vender suas posições de financiamentos para os bancos estrangeiros, com alguns tendo de reduzir em US\$ 2 a US\$ 3 bilhões de dólares as suas carteiras de empréstimos, simplesmente porque foram aliados do mercado interbancário internacional e não obtinham crédito para a rolagem dos seus compromissos.

Por esses fatos, qualquer banqueiro que fosse indicado para ser o negociador brasileiro junto aos bancos internacionais, terá de iniciar as conversações de forma moderada, porque no caso de tentar obter vantagens consideradas indesejáveis por esses banqueiros, a instituição financeira a que estiver ligado será a primeira a ser pressionada, com a eliminação de novos créditos no mercado interbancário.

Daí a importância para o Brasil em relação à escolha do futuro ministro do Planejamento, da Fazenda e do pre-

sidente do Banco Central, porque somente pessoas alheias aos compromissos existentes na área financeira internacional podem endurecer essas negociações. Deve-se evitar medidas unilaterais que possam criar crises junto aos nossos credores, mas sempre colocando em primeiro lugar soluções que evitem crises no meio da sociedade brasileira, como políticas de achatamento salarial, recessão econômica e desemprego. Como nos demais países, a prioridade da solução sempre deve ser a favor do país e não dos banqueiros. Se alguém tiver de entrar em crise, naturalmente o nosso país deve ser a última opção.

Nos últimos anos o Brasil tem mantido a tradição de evitar banqueiros na área econômica, com Delfim Netto, Reis Velloso, Ernane Galvães, Karlos Rischbieter e a figura curiosa do ex-ministro Mário Simonsen, que embora banqueiro sempre atuou como um técnico e um professor de economia, conseguindo apagar qualquer rastro de ser um banqueiro. No Banco Central também tem surgido presidentes da área técnica, com Paulo Lira, Carlos Langoni e Affonso Pastore.

Desta forma, um ministério do Interior e o da Previdência Social seriam pastas ideais para algum banqueiro no caso do futuro governo pretender aquilhoar esta categoria com algum cargo no primeiro escalão, porque são setores que vivem na busca de novos recursos para a execução dos seus programas, o que exige especialistas em obtenção de empréstimos para um bom desempenho. Já na área econômica, os *spreads* pagos aos banqueiros internacionais e demais comissões, são as mesmas que os bancos brasileiros com filiais no exterior recebem pelos financiamentos contratados para o Brasil, o que, em última análise, deixaria um ministro da área econômica vinculado a alguma instituição financeira nacional impedido de negociar essas taxas, por estar tratando de assuntos de interesse próprio, embora esteja defendendo a coisa pública.

Neste contexto, como o provável presidente da República na sucessão do atual governo, Tancredo Neves, terá de encontrar negociadores para a dívida externa brasileira que transmitam confiança à população que o apoia com tanta ênfase — tal fato não ocorreria se ele delegasse aos sindicatos de cada categoria trabalhadora o poder para que eles próprios passassem a fixar os seus reajustes salariais.

Sem nenhum preconceito contra os banqueiros, a única conclusão que se pode chegar em relação ao futuro ministério da área econômica é que hoje a dívida externa brasileira atingiu um nível tão elevado, que a sua solução é mais política do que de boa administração financeira. O que significa que precisamos de um negociador dos mais duros para entender-se com os banqueiros internacionais, estes, profissionais competentes e que estão preparados para sair ganhando neste novo confronto com o Brasil.